



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

LEI Nº 1.696/2022

ALTERA DO §2º DO ARTIGO 10º, DA LEI MUNICIPAL Nº 1.669/2.021 QUE DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL E POR TEMPO DETERMINADO DE SERVIDORES PÚBLICOS SOB REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO ESPECIAL PARA O EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES JUNTO À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, E CRIA CARGOS ESSENCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES PÚBLICAS, VISANDO ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterada a redação § 2º, do artigo 10º, do ANEXO I, DA Lei Municipal nº 1.669/2.021, QUE DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL E POR TEMPO DETERMINADO DE SERVIDORES PÚBLICOS SOB REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO ESPECIAL PARA O EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES JUNTO À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, E CRIA CARGOS ESSENCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES PÚBLICAS, VISANDO ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

Art. 2º. O §2º, do artigo 10º, do ANEXO I, da Lei 1.669/2.021, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10 - (...)

§2º - Os requisitos para o preenchimento do cargo serão: possuir Ensino Fundamental Completo; ter idade mínima de 18 (dezoito) anos; possuir Curso de Monitor de Transporte Escolar, com mínimo de 10 (dez) horas; ser cadastrado/autorizado nos termos da Instrução de Serviço nº 074, DETRAN/ES (e alterações) e Instrução de Serviço nº 93, de 23 de junho de 2016, do Departamento Estadual de Trânsito do Estado do Espírito Santo (Do Transporte Escolar); e Instrução de Serviço nº 34, de maio de 2020.”

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Água Branca/ES, em 18 de março de 2.022.


JAILSON JOSÉ QUIUQUI
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

LEI Nº 1.699/2022

DISPÕE SOBRE A REVISÃO ANUAL DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS, DOS SECRETÁRIOS, DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BRANCA/ES, BEM COMO DOS VEREADORES E DOS SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA**, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam reajustados em 8% (oito por cento) os valores da remuneração dos servidores públicos, do prefeito, do vice-prefeito, dos secretários municipais, dos vereadores e dos servidores do Poder Legislativo, a partir de abril de 2.022, a título de revisão geral anual.

Parágrafo único – Deduzir-se-á do índice de 8% acima mencionado, o reajuste concedido aos servidores que obtiveram reajuste no mês de janeiro de 2.022, para fins de equiparação ao salário mínimo então estabelecido pelo Governo Federal.

Art. 2º - Fica estabelecido em R\$ 180,00 (cento e oitenta reais) o valor do auxílio alimentação dos servidores públicos municipais de Água Branca/ES, a partir de abril de 2.022.

Parágrafo Único – A revisão anual a que se refere o artigo 1º abrange os cargos e as funções comissionadas, o pessoal inativo, os pensionistas, bem como subsídios do Prefeito Municipal, do Vice-Prefeito e dos Secretários, além dos Vereadores e dos servidores do Poder Legislativo.

Art. 3º - Fica equiparado o valor do salário mínimo dos servidores públicos municipais ao valor do salário mínimo federal.

Art. 4º - Os servidores municipais já beneficiados com o reajuste do Salário Mínimo Federal estão excluídos desta revisão, ressalvados aqueles que tiveram reajuste inferior a 8% (oito por cento), que terão a revisão apenas quanto a diferença limitando a revisão no teto de 8% (oito por cento).

Art. 5º - Os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias farão jus ao reajuste salarial de 8% (oito por cento) previsto nesta Lei, permanecendo seus vencimentos limitados ao piso salarial nacional da categoria já aplicado em âmbito municipal.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Água Branca, Estado do Espírito Santo, em 1º de abril de 2022.


JAILSON JOSÉ QUIUQUI
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

LEI Nº 1.700/2022

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO DO PODER EXECUTIVO DE CONCEDER GRATIFICAÇÃO DE PRODUTIVIDADE POR DESEMPENHO OPERACIONAL AOS OPERADORES DE MÁQUINAS LEVES E PESADAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA**, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Na forma da alínea "h" do inciso I do Art. 90 do Estatuto dos Servidores do Município de Água Branca, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder Gratificação de Produtividade por Desempenho Operacional aos servidores municipais Operadores de Máquinas Leves e Operadores de Máquinas Pesadas, obedecidas às condições e requisitos desta Lei.

§1º. Para efeitos desta Lei, serão adotados os seguintes conceitos:

- I. Máquinas Leves; e
- II. Máquinas Pesadas.

§ 2º. A Gratificação de Produtividade por Desempenho Operacional tem como finalidade aferir e estimular a produtividade dos servidores municipais efetivos ou contratados.

§ 3º. Para percepção da gratificação que trata a presente Lei, a Administração Pública realizará relatório com levantamento de produção mensal individual de cada operador de máquina.

§ 4º. Não será admitido o pagamento da gratificação durante o lapso de tempo em que a máquina não estiver em operação.

§ 5º. A Gratificação de Produtividade por Desempenho Operacional a que se refere a presente Lei será paga por hora efetivamente trabalhada e será regulamentada por Decreto do Poder Executivo Municipal.

§ 6º. O operador que mantiver sua máquina em operação sem a necessidade de manutenção por estragos ou danos causados pelo mesmo, poderá ainda perceber um bônus em forma de gratificação pela conservação do equipamento, anualmente, em valor a ser regulamentado por Decreto do Poder executivo Municipal.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Água Branca, Estado do Espírito Santo, em 1º de abril de 2022.


JAILSON JOSÉ QUIUQUI
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

LEI Nº 1.701/2022

ALTERA ARTIGO 1º, DA LEI MUNICIPAL Nº 1.486/2018 E INSTITUI E REGULAMENTA A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO À CONTADOR OU TÉCNICO EM CONTABILIDADE, DESIGNADOS A RESPONDEREM PELO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE ÁGUA BRANCA/ES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA, Estado do Espírito Santo, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterada a redação do artigo 1º, da Lei Municipal nº 1.486/2018, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica instituído o pagamento de gratificação mensal no valor de 01 (um salário mínimo) para o procurador ou consultor jurídico municipal designado para responder pela área jurídica do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Águia Branca/ES, sendo o mesmo competente para emitir parecer sobre processos administrativos e licitatórios e demais atos pertinentes à área jurídica do Instituto.”

Art. 2º - Fica instituído o pagamento de gratificação mensal no valor de 01 (um salário mínimo) para o contador ou técnico em contabilidade designado para responder pela área contábil do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Águia Branca/ES, sendo o mesmo competente para emitir parecer sobre processos administrativos e licitatórios e demais atos pertinentes à área contábil do Instituto.

§ 1º - O valor fixado para pagamento da gratificação a que se refere esse artigo é independente de quantos pareceres e manifestações contábeis sejam necessárias no âmbito do exercício da competência que lhe foi atribuída, e será pago pelo Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Águia Branca/ES.

§ 2º - O pagamento da gratificação a que se refere o Art. 1º, desta Lei, será efetuado mensalmente, sempre na mesma data do pagamento das demais gratificações pagas pelo Instituto.

Art. 2º - Deverão ser emitidos os seguintes atos do Prefeito Municipal:


I – Ato de designação do contador ou técnico em contabilidade municipal, na forma do Art. 1º, desta Lei;

Art. 3º - No processo de pagamento da gratificação deverão estar incluídos todos os documentos necessários.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Águia Branca/ES, 27 de abril de 2022.


JAILSON JOSÉ QUIUQUI
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

LEI Nº 1.724/2022

“CRIA UM CARGO DE FISCAL DE TRIBUTOS DE PROVIMENTO EFETIVO NO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E DEFINE AS ATRIBUIÇÕES PARA O CARGO CRIADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, faço saber que a Câmara Municipal de Águia Branca aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É criado, no quadro de cargos de provimento efetivo do Poder Executivo Municipal, o seguinte cargo: denominação da categoria: FISCAL DE TRIBUTOS, nível superior (nível:09), com carga horária de 30 horas semanais, quantidade: 01 cargo;

Art. 2º - Os cargos integrantes da carreira de Fiscal de Tributos são de provimento efetivo, cuja nomeação depende de prévia aprovação em concurso público, de provas ou de provas e títulos, com o preenchimento, até a data da posse, do seguinte requisito:

I - para o preenchimento do cargo de Fiscal de Tributos é necessário que o candidato tenha concluído uma graduação de nível superior em curso nas áreas de Economia, Direito, Administração ou Ciências Contábeis e esteja devidamente registrado no Conselho de Classe.

Parágrafo único. O servidor ocupante do cargo da carreira de Fiscal de Tributos tem lotação privativa na Secretaria de Finanças.

Art. 3º - As atribuições para o cargo de Fiscal de Tributos Municipal são as seguintes:

I – Fiscalizar, lançar e constituir créditos tributários, fazer cobranças, proceder à sua revisão de ofício, homologar aplicaras penalidades previstas na legislação e proceder à revisão das declarações efetuadas pelos sujeitos passivos;

II - Controlar, executar e aperfeiçoar procedimentos de auditoria, diligência, com vistas a verificar o efetivo cumprimento das obrigações tributárias dos sujeitos passivos;

III - Supervisionar o compartilhamento de cadastros e informações fiscais com as demais administrações tributárias da União, dos Estados e outros Municípios, quando assim definido em lei ou convênio;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

IV - Planejar, coordenar, supervisionar e exercer, observada a competência específica de outros órgãos, as atividades de repressão à sonegação fiscal, ocultação de bens, direitos e valores;

V - Analisar, elaborar e decidir em processos administrativo fiscais, nas respectivas esferas de competência, inclusive os relativos ao reconhecimento de direito creditório, à solicitação de retificação de declaração, à imunidade, suspensão, exclusão e extinção de créditos tributários;

VI - Participar de órgãos de julgamento singulares ou colegiados relacionados à Administração Tributária;

VII - Emitir pareceres de caráter tributário, inclusive em processos de consulta, bem como elaborar minutas de atos normativos e manifestar-se sobre projetos de lei referentes a matéria tributária;

VIII - Elaborar cálculos de exigências tributárias e prestar assistência aos órgãos encarregados da representação judicial do Município;

IX - Acompanhar e informar os débitos vencidos e não pagos para a inscrição na Dívida Ativa, bem como planejar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de fiscalização, arrecadação e de cobrança dos impostos, taxas e contribuições de competência municipal;

X - Realizar pesquisas e investigações relacionadas às atividades de inteligência fiscal;

XI - Examinar documentos, livros e registros dos sujeitos passivos sujeitos à administração tributária municipal;

XII - Assessorar as autoridades superiores de outras Secretarias Municipais ou de outros órgãos da Administração e prestar-lhes assistência especializada, com vista à formulação e à adequação da política tributária ao desenvolvimento econômico;

XIII - Coordenar, participar e implantar projetos, planos ou programas de interesse da Administração Tributária;

XIV - Apresentar estudos e sugestões para o aperfeiçoamento da legislação tributária municipal e para o aprimoramento ou implantação de novas rotinas e procedimentos;

XV - Avaliar e especificar sistemas e programas de informática relativos às atividades de lançamento, arrecadação, cobrança e controle de tributos e contribuições;

XVI - Informar processos e demais expedientes administrativos, bem como realizar análises de natureza econômica ou financeira relativas às atividades de competência tributária do Município;

XVII - Exercer as atividades de orientação ao contribuinte quanto à interpretação da legislação tributária e ao exato cumprimento de suas obrigações fiscais;

XVIII - Atender o contribuinte;

IX - Realizar inspeções, vistorias, levantamentos e avaliações.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas por dotações orçamentárias próprias.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Águia Branca/ES, 29 de julho 2022.


JAILSON JOSÉ QUIUQUI
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

LEI Nº 1.725/2022

**ALTERA REFERÊNCIA E EQUIPARA
VENCIMENTO DE CARGO PÚBLICO E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUA
BRANCA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO,**
faço saber que a Câmara Municipal de Águia
Branca aprovou e eu sanciono a seguinte lei:


Art. 1º - Fica alterada a referência do Cargo de Chefe de Gabinete e Coordenador de Compras, referência CC-2 e CC-4 para a referência CC-1, ficando equiparado o vencimento do referido cargo ao valor do cargo de Assessor de Planejamento.

Art. 2º - Deverá a Área de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal adotar as providências visando o cumprimento da presente Lei.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Águia Branca/ES, 03 de agosto 2022.


JAILSON JOSÉ QUIUQUI
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

LEI Nº 1.758/2022

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER BÔNUS SALARIAL AOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM EFETIVO EXERCÍCIO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ÁGUA BRANCA/ES, CONFORME PREVÊ O ARTIGO 212-A, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ACRESCIDO PELA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 108/2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, Faço saber que a Câmara Municipal de Água Branca, Estado do Espírito Santo, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a conceder bônus salarial, no mês de dezembro do ano de 2022, aos profissionais da educação básica em efetivo exercício, sendo eles os profissionais previstos no artigo 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com vinculação contratual, temporária ou estatutária, levando em consideração as Leis que regulamentam o FUNDEB (Lei nº 14.113/2020 e Lei nº 14.276/2021).

§ 1º. O bônus salarial de que trata esta Lei será pago de forma proporcional, devendo ser calculado sobre os meses efetivamente trabalhados, ou seja: 1/12 (um, doze avos) por mês efetivamente trabalhado durante o ano, por profissional.

§ 2º. O valor do bônus salarial será fixado por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 3º. Os critérios para percepção do bônus salarial de que trata esta Lei serão estabelecidos por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º. O benefício instituído por esta lei:

I - tem natureza indenizatória;

II - não tem natureza salarial ou remuneratória;

III - não se incorpora à remuneração do servidor para quaisquer efeitos;

IV - não é considerado para efeito do pagamento do 13º (décimo terceiro) salário e férias;

V - não constitui base de cálculo de contribuição previdenciária ou de assistência à saúde;

VI - não configura rendimento tributável ao servidor.


Art. 3º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do elemento de despesa de pessoal da Secretaria Municipal de Educação vinculadas aos recursos do FUNDEB e da receita resultante de impostos e transferências.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 23 de Novembro de 2022.


JAILSON JOSÉ QUIUQUI
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

LEI Nº 1.762/2022

ALTERA A REDAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 111/91, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO ÚNICO DOS SERVIDORES CIVIS DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BRANCA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA-ES, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI.

Art. 1º. O Artigo 67 da Lei Municipal nº 111/91, passa a ter a seguinte redação:

(...)

“§ 4º. O servidor efetivo que atingir os requisitos para aposentadoria voluntária por tempo de contribuição terá direito ao Adicional por Tempo de Serviço proporcional, no equivalente a 1% (um por cento) por ano de efetivo exercício, contados a partir da última concessão de Adicional por Tempo de Serviço até a data na qual venha atingir os requisitos para a aposentadoria voluntária por tempo de contribuição.”

Art. 2º. O Artigo 87 da Lei Municipal nº 111/91, passa a ter a seguinte redação:

(...)

“§ 3º. Ao servidor efetivo que atingir os requisitos para aposentadoria voluntária por tempo de contribuição será garantido o Adicional de Assiduidade proporcional, no equivalente a 2,5% (dois vírgula cinco por cento) por ano de efetivo exercício, contados a partir da última concessão de adicional de assiduidade até a data na qual venha atingir os requisitos para a aposentadoria voluntária por tempo de contribuição.”

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Águia Branca/ES, 15 de dezembro de 2022.

JAILSON JOSÉ QUIUCUI
Prefeito Municipal